

as chances do neutralismo

Confirmando uma tendência que se acentuara nas últimas semanas, os Estados Unidos anunciaram a modificação de sua política em relação a Cuba, e, de uma maneira geral, aos países latino-americanos. Tal mudança inclui-se numa reformulação mais ampla de toda a estratégia ocidental, atingindo assim os países membros da OTAN e os povos subdesenvolvidos da Ásia e da África. Em última análise, é uma colocação nova do conflito Leste-Oeste que se está buscando e esse fato, pela importância que reveste, exige que nos detenhamos numa análise mais cuidadosa do problema.

reportagem de Rui Mauro Marini

a questão cubana

Em reportagem aqui publicada recentemente, onde, examinando a questão cubana, procurávamos determinar a significação da invasão e as consequências de seu fracasso, deixamos bem clara a noção de que a seqüência futura dos acontecimentos iria depender essencialmente da atitude latino-americana face às propostas de Washington.

Mostramos, então, que, colocados entre duas alternativas — o isolamento de Cuba, acompanhado de ajuda maciça ao desenvolvimento econômico do hemisfério, de um lado, e, de outro, a erradicação pela força do perigo que o regime de Fidel Castro constitui para sua dominação — os norte-americanos pendiam para a segunda, por motivos ligados às dificuldades de ordem econômica que ora enfrentam.

Insistimos, ainda, na contradição que tal opção criava entre os Estados Unidos e os governos sul-americanos, os quais, em sua maioria, tendiam a utilizar Cuba como arma no sentido de obter daquele país um sucedâneo do Plano Marshall para o continente. E conclusões pela necessidade de uma pressão da opinião pública junto aos governantes, visando a reforçar essa tendência e a impedir que o receio provocado pelo caráter socialista da revolução, somado às pressões norte-americanas, ocasionasse uma reviravolta da questão.

Os acontecimentos dos últimos dias, confirmando nossa análise, ressaltam um fato novo nas relações internacionais: a importância assumida pela América Latina, a qual deixa de ser aí um elemento acessório e passivo para converter-se, sutilmente, em fator determinante da estratégia mundial. Nesse processo, o Brasil é elevado cada vez mais a posição de destaque, o que, se abre novas perspectivas para o país, torna mais pesada a carga de nossas responsabilidades — coisa de que precisamos estar conscientes.

o encontro de uruguaiana

Um breve retrospecto do que se passou será suficiente para fundamentar esta afirmação. Lembremos que, a 21 de abril p. p., enquanto a rádio de Havana anunciava a vitória das forças revolucionárias, o presidente Kennedy pronunciava discurso extremamente violento, no qual ameaçava Cuba de intervenção direta. Seguindo-lhe as pegadas, o secretário de Estado, Dean Rusk, secundado por Berle declarava que novas invasões contra-revolucionárias iriam ser tentadas. Simultaneamente, incluíam os EUA consultas aos governos latino-americanos, cuja finalidade era obter a adesão destes a seus planos. Uma reunião dos Chanceleres americanos era aventada, que teria lugar antes da Reunião Econômica da OEA — o que revelava a intenção de Washington de exigir garantias políticas antes de se dispor a fazer concessões econômicas.

Peça fundamental do esquema norte-americano foi, sem dúvida, o encontro de Uruguaiana, entre o presidente Jânio Quadros e o presidente Frondizi (cujas atitudes não escondem o apoio que está pronto a dar aos EUA). Ora, o resultado do encontro foi decepcionante: se marca um certo recuo na oposição brasileira, que, das veleidades neutralistas, passa a reafirmar seu caráter ocidentalista e pan-americano, bem como a

condenar a intervenção de «potências extra-continentais», nada contém de positivo, do ponto de vista norte-americano, em relação ao caso cubano, e antes reafirma — ainda que de modo ambíguo — o princípio da não intervenção.

A recalcitrância brasileira seria, porém, reforçada pelas tomadas de posição de outros países latino-americanos, nitidamente contrários aos Estados Unidos — como a do México e a do Equador — ou muito tímidas para satisfazê-los — como a da Venezuela, que admitiu uma ação coletiva da OEA contra Cuba, mas pacífica.

a nota brasileira

— Desde 3 de maio, portanto, a atitude dos Estados Unidos começa a modificar-se, com a declaração de Rusk, que afastava a hipótese de uma intervenção norte-americana direta. Dois dias depois, o mesmo Rusk reafirma a idéia da não intervenção e descobrindo o novo jogo de Washington, ao afirmar que a «lição cubana» consistia em ter alertado os Estados Unidos para as necessidades da América Latina em matéria de desenvolvimento econômico.

Este foi o leit-motiv das declarações de inúmeras personalidades norte-americanas, tais como Berle e Humphrey. Ao mesmo tempo, o Senado vota a verba de 600 milhões de dólares para a América Latina, resultante de um compromisso assumido em São José da Costa Rica. E Washington passa a dedicar o melhor de sua atenção à Conferência Econômica da OEA, a realizar-se em Montevidéu, a 15 de julho próximo, já agora independentemente da possível reunião dos Chanceleres.

E nesse contexto que intervém a nota brasileira de 11 de maio, que põe termo, definitivamente, às ilusões que porventura ainda alimentasse Washington em relação ao problema. De caráter um tanto ambíguo e impreciso (a ponto de suscitar pedidos de esclarecimentos por parte dos norte-americanos), é ela, porém, categórica em dois pontos: no momento atual, e com base no princípio de autodeterminação dos povos, o Brasil desaprova qualquer ação contrária ao regime cubano; o caráter socialista desse governo não autoriza a derrogação do princípio de autodeterminação, salvo se (e aqui o sr. Jânio Quadros abre habilmente uma porta, por onde poderá recuar em caso de necessidade) esse fato vier a importar em satelitização de Cuba face à União Soviética.

mudam os ventos

Quem quer que tenha lido os jornais dos últimos dias terá percebido as consequências dessa evolução, que culminou com a nota de 11 de maio: os Estados Unidos abandonam a idéia da repressão armada da revolução cubana e voltam-se para a primeira alternativa, a que aludimos no início desta reportagem.

Assim é que o isolamento de Cuba (já em processo, através de sua exclusão da Junta Interamericana de Defesa e da Conferência Econômica da OEA) passa a ser o objetivo imediato de Washington. Paralelamente, a concessão de uma ajuda econômica mais larga à América Latina será ultimada, a fim de criar condições para que voltem os Estados Unidos a levantar o problema cubano. Nesse sentido, a decisão de não

realizar o encontro dos chanceleres antes da Conferência de Montevidéu é sintomático. Resta saber, agora, até que ponto as concessões que Washington ali pretende fazer serão condicionadas a uma maior «solidariedade» por parte dos governos latino-americanos.

A nova orientação norte-americana representa, assim, mudança considerável, que nos leva de volta da intenção de agressão armada à idéia da Aliança para o Progresso. Todavia, embora a situação econômica dos Estados Unidos tenha melhorado no primeiro trimestre do ano, apresentando certa recuperação industrial e diminuição do nível de desemprego (que baixou de aproximadamente 500 mil), não permite ainda um vasto esforço de ajuda à América Latina. Uma prova disso são as restrições que continuam a pesar sobre a saída de capitais norte-americanos, sem o que se agravaria novamente o «deficit» do balanço de pagamentos.

nova linguagem

A saída para o impasse desloca-se, pois, para a Europa, essencialmente para a Alemanha Ocidental, que continua sendo a economia capitalista que melhor condições apresenta, no momento, para sustentar a ajuda aos subdesenvolvidos. Aqui, é significativa a modificação que se vem operando entre os responsáveis germânicos, os quais, até então refratários a participação em larga escala dessa ajuda (e, por duas vezes no ano passado, o Secretário do Tesouro, Douglas Dillon, sofreu dura derrota nesse terreno), mostram-se ultimamente menos infensos à idéia.

Com efeito, falando ao Parlamento, o ministro do Exterior de Bonn, Von Brentano, manifestou, recentemente, a intenção de intensificar a ajuda alemã aos países subdesenvolvidos e fixou para isso os princípios que nortearão o Governo nessa tarefa. De suas declarações, ressalta com clareza o fato de que esse comportamento destina-se a combater a União Soviética num dos campos em que vem ela obtendo maiores êxitos. Sua insistência em desligar a colaboração econômica da colaboração política aparece como um indício de que o mundo ocidental está disposto a imitar os soviéticos naquilo que tem sido o fator principal de seu sucesso.

A atitude germânica enquadra-se numa estratégia mais ampla, conforme comprovou a Conferência da OTAN, realizada em Oslo, cujo comunicado final insiste expressamente na ajuda econômica ao desenvolvimento como uma das formas de neutralizar a expansão contínua da influência soviética. A recusa dos países da OTAN em acompanhar os Estados Unidos nas suas pressões contra Cuba confirma a orientação fixada por Von Brentano.

coexistência e neutralismo

Atingimos, pois, uma etapa em que as condições para o exercício da política de coexistência pacífica, pedra de toque da diplomacia soviética nos últimos anos, parecem reunidas. A atitude conciliadora que os Estados Unidos resolvem estabelecer, pôr em prática face as gestos de apaziguamento de Moscou — como ocorre na conferência que ora se desenvolve em Genebra, sobre o Laos ou o projetado encontro Kennedy-Kruschev — indica que há uma mudança de mentalidade no mundo ocidental e que a coexistência vai finalmente poder concretizar-se.

O papel que a América Latina desempenhou nessa evolução a credencia a tirar bom proveito da situação que se cria. Uma maior neutralidade em sua política externa será aí elemento importante, na medida em que lhe permitirá ajustar-se melhor às novas condições que vêm de surgir. E é porque as forças reacionárias que, neste momento, tentam opor-se a essa orientação, no Brasil, estão lutando contra a corrente e ameaçando as possibilidades que tem o país de firmar-se como grande nação no plano internacional.